

# 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2010

## *A social-democracia do MAS Nem revolução, nem populismo na Bolívia*

**Guilherme Simões Reis**

Doutorando em Ciência Política, bolsista FAPERJ

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do RJ (IESP-UERJ)

### RESUMO

O partido MAS, que governa a Bolívia e é liderado pelo presidente Evo Morales, geralmente é classificado como populista ou como revolucionário. Este artigo contesta ambos os diagnósticos, e sustenta que o MAS é um partido social-democrata. Tanto em sua gênese, como em seu comportamento na oposição, como em suas políticas no governo, o MAS apresenta todas as características necessárias para ser classificado como um representante da social-democracia. Uma análise institucional mostra que não procedem as acusações de que é antissistema e contrário à democracia. Além disso, tanto em sua origem fortemente sindical como no tipo de mudança que introduziu na política do país, ele se assemelha historicamente a outros partidos social-democratas. Por fim, adota no governo políticas alinhadas com aquelas consideradas como social-democráticas no atual contexto de integração dos mercados globais.

## **A social-democracia do MAS: nem revolução, nem populismo na Bolívia**

Guilherme Simões Reis

*Não queremos mudar a Bolívia com bala, mas com voto, e essa é a revolução democrática.*

Evo Morales, no discurso de posse em 2006

Ao mesmo tempo em que ocorreu a derrocada da “democracia pactuada”, em que os partidos tradicionais ADN, MIR e MNR se revezavam no poder na Bolívia, o país viu a ascensão do Movimiento al Socialismo (MAS), que culminou na chegada de seu líder, Evo Morales, à Presidência. Analistas, entusiasmados ou alarmados, dividiram-se entre os que o classificam como um partido ou agrupamento populista e os que o consideram como um partido ou “instrumento político” revolucionário.

Muitos autores (Castañeda, 2006; Lanzaro, 2006 e 2007; Luna, 2007; Panizza, 2006; Seligson, 2007; Weyland, 2009) têm adotado a ideia de que a esquerda latino-americana é composta por duas grandes correntes: uma social-democrática e uma populista, todos enquadrando o MAS no segundo caso. Outros autores, que veem como positiva a emergência de um partido radical, acreditaram tratar-se de uma revolução<sup>1</sup>. O discurso por vezes agressivo do presidente Evo Morales dá margem a tal interpretação.

Este artigo contesta ambos os diagnósticos, e sustenta que o MAS é um partido social-democrata. Tanto em sua gênese, como em seu comportamento na oposição, como em suas políticas no governo, o MAS apresenta todas as características necessárias para ser classificado como um representante da social-democracia.

A refutação dos diagnósticos tradicionais se dará em três partes. 1) Uma análise histórica mostra como sua origem e desenvolvimento têm semelhanças com a de outros partidos social-democratas. 2) Uma análise institucional derruba as acusações de ser antissistema e de ir de encontro à democracia. 3) Por fim, uma análise das políticas

---

Agradeço a Maurício Santoro e a Clayton Cunha Filho pelas observações feitas ao rascunho deste trabalho. Todas as conclusões aqui presentes, no entanto, são de minha inteira responsabilidade.

<sup>1</sup> Por exemplo, TERÁN, Néstor Taboada. *Tierra Mártir: Del socialismo de David Toro al socialismo de Evo Morales*. La Paz: Plural Editores, 2006. Citado por Cunha Filho (2010a).

adotadas pelo MAS no governo mostra-o alinhado ao modelo social-democrático de governar na globalização.

## ***Análise Histórica***

A trajetória histórica do MAS apresenta semelhanças com a de outros partidos social-democratas. São equivalentes sua íntima ligação com sindicatos e movimentos sociais, sua fundação motivada pela necessidade de se atenderem os interesses dos trabalhadores, então ignorados pelos partidos instituídos, e a mudança que sua presença introduziu na política parlamentar nacional.

Na Europa, o surgimento dos partidos social-democratas deu fim a uma política eleitoral que se resumia a uma disputa entre indivíduos “notáveis” das camadas economicamente mais abastadas, estando as massas excluídas de qualquer participação (Manin, 1989 e 1997). Os políticos, quando muito, se alinhavam em partidos políticos sem qualquer estrutura organizacional ou linha programática definida. Manin (1989) acrescenta que a constituição dos partidos socialistas transformou o *princípio representativo*, introduzindo organizações mais estruturadas, submetidas ao controle da direção do partido, e disciplinadas em suas votações no parlamento. A disciplina partidária tomou o lugar da autonomia dos representantes, e a política partidária deixou de ser uma livre deliberação para a formação de uma vontade comum para se tornar uma disputa de diferentes vontades formadas fora do parlamento e cujo resultado é resultante da correlação de forças.

Partidos socialistas, repletos de políticos profissionais oriundos do próprio movimento operário e não de uma casta abastada de notáveis, surgiram para representar os interesses da classe trabalhadora. Lealdades partidárias passaram a refletir divisões de classe. Situação bem diferente da antiga ideia liberal de que os jogos são cooperativos e não de soma zero, de que há um interesse geral, que é a combinação de interesses, a transação que se efetua entre os direitos particulares.

Os representantes passaram a ser militantes devotos de uma causa. Surgiram os governos de partido, com as plataformas eleitorais possibilitando não apenas maior controle por parte dos eleitores como algum grau de escolha sobre as linhas gerais acerca da direção das políticas do governo, ou seja, os representantes passaram a ser porta-vozes dos representados. A emergência dos partidos de massa fez da plataforma política um dos principais instrumentos da competição eleitoral.

Manin (1989) observa que a social-democracia jamais aceitou a implícita ideia liberal de que o parlamento era um lugar neutro em relação aos interesses econômicos, de que o Estado era exterior à sociedade. Os partidos socialistas fizeram com que o

conflito econômico de classes penetrasse na democracia representativa, ou, nas palavras de Kautsky (1964:23), buscaram “transferir a democracia da política para a economia”. A disputa parlamentar adquiriu, então, a feição de uma expressão da luta de classes. Kautsky (1971:188) afirma: “Sempre que o proletariado se engaja na atividade parlamentar como uma classe consciente de si, o parlamentarismo começa a mudar seu caráter. Deixa de ser uma mera ferramenta nas mãos da burguesia.” As lealdades partidárias passaram a refletir divisões de classe.

A extrema divisão na Bolívia, entre os trabalhadores e indígenas de um lado, e os latifundiários e grandes empresários brancos do outro, é uma manifestação de um fenômeno equivalente. A constituição do MAS transformou a política parlamentar da Bolívia. Quando foi eleita sua primeira bancada parlamentar, a polícia quase impediu que camponesas indígenas (“*cholas*”) eleitas deputadas entrassem na Câmara (Harnecker e Fuentes, 2008). O cenário político mudou, e um grupo excluído passou a ser representado por um partido que rapidamente se tornou majoritário.

Conforme Przeworski (1989) analisa a história dos partidos social-democratas europeus, os primeiros partidos socialistas nasceram no final do século XIX, em um ambiente de direitos políticos meramente formais, como fruto da politização da crescente classe operária industrial, querendo originalmente romper com o capitalismo. Entretanto, surgiu a questão: as instituições políticas da ordem burguesa, como o voto e o parlamento, eram mesmo uma fonte de logro e desmobilização da classe trabalhadora ou eram instrumentos potenciais para a promoção de uma nova ordem? Além disso, caso as eleições não servissem para transformar a sociedade, elas serviriam, ao menos, para fazer propaganda e agitação, ou seriam mesmo apenas um mecanismo para tirar dos trabalhadores o foco na derrubada do sistema opressor? Os socialistas tenderam a optar pela participação nas eleições.

Logo se concluiu que não fazia sentido usar a eleição só para mobilizar os trabalhadores e não tirar proveito disso para impactar nas políticas, bem como para unilos em uma identidade de classe. A participação legislativa começou a tornar paradoxal a adoção de táticas insurrecionais, e a própria democracia deixou de ser simplesmente um meio para se tornar também um fim a ser defendido. Houve, então, uma separação entre comunistas, que acreditavam na revolução violenta e a desejavam, e os social-democratas, que consideravam que, se ela ocorresse, seria uma prova da falta de amadurecimento do proletariado para o socialismo, posto que, quando ele estivesse

maduro, os socialistas seriam eleitoralmente vitoriosos. A opção pela reforma superou a alternativa da revolução, e a social-democracia começou a se pautar pelas melhorias gradativas e cumulativas (Przeworski, 1989).

Essa origem comum dos partidos social-democratas e do movimento sindical – em geral com a participação de intelectuais –, bem como essa opção pela democracia e luta por democratização são elementos que, salvaguardadas as diferenças cronológicas, não distinguem os europeus, como o Trabalhista britânico, o Social-democrata dos Trabalhadores sueco e o Social-democrata da Alemanha, do MAS. Este surgiu justamente quando os trabalhadores e movimentos sociais pararam de fazer mera resistência e começaram a planejar uma estratégia para conquistar o poder político por meios democráticos e constitucionais. Tal como em partidos social-democratas europeus, havia originalmente integrantes revolucionários<sup>2</sup> no MAS, todavia o partido aderiu à democracia.

Os partidos tradicionais da Bolívia – a ADN de Hugo Banzer, o MIR de Paz Zamora e o MNR de Sánchez de Lozada (os dois últimos originalmente de esquerda) –, acabaram por concordar com a mesma pauta neoliberal nos anos 80 e 90. Além disso, tornaram a democracia representativa um mero procedimento vazio ao se revezarem no poder sempre repartindo cargos entre si (o que se chamou de “*cuotéo*”). A tal sistema, em que nada diferente da agenda neoliberal tinha chances de ser institucionalmente aprovado, deu-se o nome de “democracia pactuada”.

Além do programa econômico neoliberal<sup>3</sup>, que incluiu o desmonte da mineração e a tentativa de privatização da água em Cochabamba, fazia parte desse consenso a meta “coca zero”, de erradicação do plantio da coca, produto tradicional e fonte de subsistência de grande parte do campesinato boliviano, por pressão dos Estados Unidos. Os indicadores sociais eram alarmantes: 76% da população em situação de pobreza e

---

<sup>2</sup> Entraram no MAS maoístas, estalinistas, trotskistas e guevaristas, por exemplo (Harnecker e Fuentes, 2008), além de parte da Central Operária Boliviana (COB), de forte inspiração trotskista (Santoro, 2007).

<sup>3</sup> Este teve seu ponto máximo no Decreto 21.060, de 1985, durante o governo Paz Estensoro, que abriu o país para a livre importação, a economia para a iniciativa privada nacional e estrangeira e flexibilizou as contratações (Harnecker e Federico Fuentes, 2008: 42). Visava ao desmonte do Estado desenvolvimentista, além da estabilização monetária, para controlar a hiperinflação. Ele levou à privatização de várias empresas estatais pequenas, além da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol) (Guimarães, Domingues e Maneiro, 2005). Assim, o documento, de autoria do economista estadunidense Jeffrey Sachs, resultou no fechamento de várias minas, com 25 mil mineiros desempregados precisando migrar para outros setores, como o agrário (Gutierrez e Lorini, 2007). Grande parte passou a plantar coca, como foi o caso do próprio Evo Morales, no Chapare, província rural no norte da região de Cochabamba. O MAS tentou reverter o Decreto 21.060, propondo um projeto de lei ainda enquanto estava na oposição, mas este não foi aprovado (Harnecker e Federico Fuentes, 2008: 46).

50% de pobreza extrema, sendo índios 65% dos pobres bolivianos, além de uma taxa nacional de emprego de 13%, sendo cerca de 70% dos empregos baseados em relações semi-assalariadas (Gutierrez e Lorini, 2007).

Esse período foi festejado por parte da academia por ter levado por certo tempo a uma estabilidade político-partidária no país. Mayorga (2005) assim analisa o período:

Esta foi uma mudança decisiva para o desenvolvimento do sistema de partidos porque os padrões de interação e competição se orientaram para a negociação e a coordenação entre os partidos, para uma convergência programática em questões de política econômica e reforma política e, portanto, para uma competição de tipo pragmático entre propostas concretas e não mais uma confrontação de modelos utópicos de organização social e política. [...] Como consequência, a grande virada política em meados dos anos oitenta se deu graças à implantação de uma lógica democrática de acordos e consensos entre partidos que substituiu a lógica tradicional de guerra implacável entre os adversários políticos, limpando, assim, o terreno para uma “democracia pactuada”.

[...]

Similar às experiências de coordenação e consenso entre os partidos na Colômbia da Frente Nacional (1958-1974) e na Venezuela do Pacto de Punto Fijo (1958-1998), a política boliviana foi, efetivamente, uma política de acordos entre os líderes máximos dos partidos, algo assim como uma “conversação entre cavalheiros”. Os partidos haviam se firmado como sujeitos fundamentais da política, dentro do contexto institucional que defini como democracia pactuada e presidencialismo parlamentarizado.

A verdade é que essa é uma ideia enviesada de democracia, pela qual há mais democracia não quando as diferentes opiniões têm voz, mas quando não há discordância<sup>4</sup>, quando ocorre a estabilidade do consenso. Esse sistema excludente e de baixíssima “responsividade”, em que partidos elitistas adotavam medidas contrárias ao interesse da maioria da população, resultou no próprio esgarçamento do sistema partidário, posto que os partidos se descolaram da sociedade e perderam legitimidade, levando à situação de instabilidade (Taborga 2005, Guimarães, Domingues e Maneiro 2005). O próprio Mayorga (2005) reconhece que a democracia pactuada gerou um estilo de fazer política “hermético” e um “afrouxamento dos nexos dos partidos com a sociedade civil”.

Foi esse descrédito dos partidos tradicionais que possibilitou que o MAS crescesse tanto e tão rapidamente, ao mesmo tempo em que os partidos tradicionais se extinguíram ou encolheram, iniciando-se a formação de um novo sistema partidário (o qual ainda é pouco institucionalizado e tem o MAS como o partido mais organizado). Frequentemente se dá demasiada importância à discussão se o MAS é um partido

---

<sup>4</sup> Sobre a impossibilidade de consensos e a importância de se reconhecer a pluralidade, mas transformando o “antagonismo” de inimigos em “agonismo” de adversários, ver Mouffe (2000).

político ou um “instrumento político”<sup>5</sup>. A utilização do termo partido é evitada por seus próprios membros meramente para que o MAS se diferencie das demais agremiações partidárias, que enfrentam grave crise de legitimidade e impopularidade<sup>6</sup>. O MAS funciona efetivamente como um partido político, voltado para governar, implementar um determinado programa de políticas públicas, representar seu eleitorado. É menos centralizado do que um partido comunista, por certo, mas provavelmente mais unificado do que muitos partidos de massa *catch-all*.

Desde 1987, em um congresso da Central Operária Boliviana (COB), já se falava em criar um “instrumento político” dos camponeses indígenas, ainda que de forma vaga, como observa Santos Ramírez (Harnecker e Fuentes, 2008: 70). A fundação efetiva do MAS, sob o nome de Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP), ocorreu em 1995, no I Congresso sobre Terra, Território e Instrumento Político, que contou com a participação de sindicatos de camponeses, de parte da Central Operária Boliviana (COB) e outras associações indígenas e de trabalhadores, com o objetivo de se representar essa expressiva parcela da população dentro da democracia eleitoral parlamentar.<sup>7</sup> O líder da nova agremiação era Alejo Véliz, enquanto Evo Morales, coordenador das seis federações camponesas dos trópicos de Cochabamba, era o segundo em importância hierárquica.

A Corte Nacional Eleitoral (CNE) se recusou a aceitar o registro da ASP. Mesmo assim, os sindicatos dos produtores de folha de coca lançaram candidatos a deputado em 1997, concorrendo pela frente Esquerda Unida (IE), que reuniu várias siglas, encabeçadas pelo Partido Comunista Boliviano (PCB). A IE elegeu quatro representantes, todos por Cochabamba, entre eles Morales, que estreou no parlamento

---

<sup>5</sup> Harnecker e Fuentes (2008) e Silva (2009), por exemplo.

<sup>6</sup> De acordo com a breve resenha do debate realizada por Silva (2009), a posição aqui sustentada é semelhante ao que opina ZUAZO, Moira (2008). *¿Cómo nació el MAS? La ruralización de la política en Bolivia. Entrevistas a 85 parlamentarios del partido*. La Paz: Fundación Ebert.

<sup>7</sup> As principais organizações presentes no evento eram a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), a Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB), a Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia “Bartolina Sisa” (FNMCB-BS) e a Confederação de Povos Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB), além de parte da Central Operária Boliviana (COB). Silva (2009) aponta a CSUTCB, fundada em 1979, como grande responsável pela autonomia política e identitária do sindicalismo camponês e indígena em relação aos partidos de esquerda tradicionais e ao movimento sindical urbano representado pela COB. Stefanoni (2010: 8) observa que houve ainda várias ONGs – algumas vinculadas à Igreja Católica – que tiveram influência decisiva para a formação do MAS, por organizarem oficinas e congressos camponeses que viabilizaram a articulação dos sindicatos e organizações indígenas. Entre elas estavam o Instituto Politécnico Tomás Katari, o Centro de Investigación y Promoción del Campesinado, a Unitas, a Asociación de Instituciones de Promoción y Educación e a Fundación Aclo, além do Centro de Estudios Jurídicos e Investigación Social, do qual participaram ministros do atual governo.

como o mais votado entre todos os que se candidataram por distritos uninominais em todo o país, com 70% dos votos. Véliz não se elegeu e acusou Morales de fazer contrapropaganda, expulsando-o da ASP. A maioria, no entanto, ficou ao lado de Morales, criando em 1997 o Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP).

Um dos partidos que participaram do pleito de 1997 pela Esquerda Unida foi o MAS-U, uma dissidência – liderada por David Añez Pedraza e autodenominada de esquerda – da fascista Falange Socialista Boliviana. Añez cedeu aos movimentos sociais a personalidade jurídica do MAS-U, apresentando-se como seu presidente apenas formalmente, para evitar nova recusa por parte da Corte Nacional Eleitoral. O U do nome se referia a Oscar Únzaga, líder histórico da Falange e ideologicamente fascista, ainda que tido como um progressista por esse grupo à esquerda. O grupo do IPSP, então, exigiu retirar a referência a Únzaga, o que foi aceito pelos ex-falangistas, que queriam participar da IE. Em congresso, o partido trocou oficialmente os princípios do MAS-U pelos do Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP), passando a se chamar IPSP-MAS. Sob liderança de Morales, o partido foi mais tarde rebatizado como MAS-IPSP (Pinto e Navia, 2007; Harnecker e Fuentes, 2008).

Silva (2009) observa que a literatura muitas vezes negligencia como a participação nas eleições de 1995, 1997 e 1999 mostraram que o caminho eleitoral era viável, encorajando os militantes a adotá-lo, ainda muitas vezes apenas como tática para o acúmulo de forças. Especialmente após a boa colocação na eleição de 2002, a participação eleitoral foi passando de movimento tático a estratégico. O respeito à legalidade e à representação aumentou gradativamente. Tudo muito semelhante à descrição de Przeworski (1989) da social-democracia europeia.

Originalmente, a militância do MAS se deu de uma forma indireta, em que o indivíduo era integrante de algum sindicato, movimento social ou organização, e este era afiliado ao MAS. Assim, tal indivíduo acabava sendo membro do partido, mas a identidade masista, se existia, era secundária (Silva, 2009: 69).

Mesmo esse caráter de federação, com militância apenas indireta dos indivíduos, não é algo estranho à história da social-democracia. O Partido Trabalhista britânico foi fundado em 1900 como um Comitê de Representação Trabalhista. Justamente, não havia pessoas afiliadas ao comitê, apenas organizações, e era somente um grupo de pressão parlamentar. Os fundadores eram trabalhadores, socialistas e sindicalistas – organizados desde 1824-25 (Manin, 1989:28) –, que não se viam representados pelos

liberais e que eram completamente ignorados pelo Partido Conservador. Ele apoiava candidaturas liberais – na época, quem rivalizava com os conservadores – e, em troca, exigia que projetos seus fossem defendidos na Câmara dos Comuns. Como diz Kloppenberg (1986:201), “quando o trabalhismo começou a se afirmar como uma força política independente perto do final do século XIX, fez isso como um cavalo de Troia dentro do Partido Liberal, em vez de realizar o cerco de fora das muralhas”. Depois, configurou-se formalmente como um partido e passou a ser o opositor por excelência dos conservadores no sistema bipartidário do Reino Unido.

Os partidos social-democratas são caracterizados por uma considerável democracia interna e tolerância às divergências entre seus membros, próxima à dos partidos liberais – em contraste com os partidos marxista-leninistas, extremamente centralizados e guiados pelo centralismo democrático, no qual todos têm que seguir o que a direção decidir (Gunther e Diamond, 2003). Isso torna comum a presença de facções e a existência de uma crítica mais radicalizada a decisões moderadas ou conservadoras dos líderes.

Silva (2009) afirma que os setores internos do MAS possuem uma maior autonomia do que as tendências do PT brasileiro, mas observa que existe a iniciativa de manter a disciplina da bancada parlamentar, como no estatuto do partido, em que diz que são deveres do militante do MAS “acatar disciplinadamente as instruções de seus dirigentes” e “guardar fidelidade aos princípios, ao programa de governo e à estrutura orgânica”.

Silva (1999) observa que, desde o início, diferentemente do radicalismo indígena do movimento katarista, o MAS apela para setores mais amplos, de forma pluriclassista, unindo o nacionalismo popular típico da esquerda boliviana – apelando à representação do “povo” – à questão identitária dos povos originais, sem que, com isso, se colocasse contra os brancos. Especialmente na eleição de 2005, em que conquistou o poder conquistando 53,7% dos votos para presidente, o MAS buscou uma aproximação com os partidos da esquerda tradicional, a classe média, os movimentos urbanos e os intelectuais. Efetivamente, em 2005, além da votação esmagadora entre os camponeses indígenas – 90% dos votos no Chapare e 80% em El Alto – foi o mais votado em todas as zonas de classe média em La Paz (Harnecker e Fuentes, 2008: 13).

Como observa o jornalista marxista Antonio Peredo quando o IPSP era uma corrente pequena, poucos intelectuais se arriscariam a estar com ele, mesmo que

simpatizassem com suas causas, isso muda a partir do seu crescimento e da adoção de um discurso mais nacionalista (Harnecker e Fuentes, 2008: 86). Tanto na eleição de 2002 como na de 2005, o MAS convidou intelectuais para comporem a chapa, inclusive para o cargo de vice, chamando o próprio Peredo no primeiro pleito, e, no segundo, o também marxista Álvaro García Linera, que seria eleito.

Silva (2009: 101) destaca a heterodoxia ideológica do MAS, enfatizando que se trataria de um partido diferente de todos os demais:

Já o MAS é fruto, em grande medida, das ações e reflexões das esquerdas bolivianas em torno da síntese entre tradições “clássicas” de esquerda (muitas vezes já adaptadas originalmente numa chave nacional-popular) e questões relativas aos povos originários e permanências e adaptações de suas tradições e formas sociais. Nele configurou-se uma ideologia contestadora bastante heterodoxa, pouco relacionada a referências marxistas, atravessada por elementos nacionalistas em chave progressista (antiimperialismo e antioligarquia), dividindo espaço com uma ideologia indianista relativamente moderada. O MAS se equilibrou entre influxos ideológicos socialistas (com elementos “comunitários” imbricados por vezes a “ortodoxos”), nacionalistas e indianistas.

Stefanoni (2010: 10-11) acrescenta que os estudiosos do MAS frequentemente identificam que há três correntes: uma marxista, uma indigenista e uma da teologia da libertação, ainda que nenhuma das três exista como tal. Cita ainda classificação sociológica feita pelo sociólogo e ex-ministro da Educação Félix Patzi, que identifica três grupos: um formado por ex-militantes de grupos de esquerda como o Partido Comunista que passaram por ONG, outro formado pelos índios camponeses – que têm grande importância simbólica mas ocupam em geral cargos secundários – e outro, de protagonistas intelectuais e políticos, que comanda a parte econômica e tem forte influência nas decisões ministeriais, que é formado por “liberais reformados”.

O fato de o MAS ter a questão indígena e outras influências ideológicas, no entanto, não desqualifica sua classificação como social-democrata. A social-democracia europeia, como observa Kloppenberg (1986), também incorporou muitas outras influências, como a do socialismo utópico, a do socialismo cristão e a de diferentes tradições econômicas. Esse ecletismo, inclusive, foi duramente condenado por muitos marxistas favoráveis à revolução violenta. Além disso, o fato de a questão indígena não se adequar à dicotomia direita/esquerda não significa que o partido não esteja inserido nela; outros partidos social-democratas têm questões identitárias como importantes em seu mapa conceitual ideológico, como a esquerda nacionalista nas regiões espanholas ou o PT em relação aos negros no Brasil.

Silva (2009) considera que o MAS não pode ser considerado como um partido de esquerda no sentido tradicional, por ter poucas referências marxistas e apelar a uma representação policlassista e nacional. Como observado em Hanecker e Fuentes (2008), freqüentemente o MAS se põe contra os grupos marxistas do país, que tendem a fazer uma aplicação direta de conceitos como o da vanguarda do proletariado, sem adaptá-lo à realidade específica do país.

Desde sua fundação, o MAS teve uma participação muito mais significativa de sindicatos rurais do que urbanos – ainda que estes também tenham estado presentes –, mas isso não significa que ele não possa ser enquadrado como social-democrata. A Bolívia é um país menos industrializado do que as nações europeias desenvolvidas ou do que o Brasil, sendo natural que sindicatos de camponeses viessem a ter maior proeminência. Isso especialmente depois do esvaziamento da mineração, a partir das reformas antiestatizantes dos anos neoliberais, que levaram muitos mineiros a migrar para a agricultura, notadamente para o cultivo da coca, levando para lá sua experiência organizacional. Além disso, o sindicalismo urbano representado pela COB não apenas tendia a menosprezar a relevância dos movimentos camponeses como muitos de seus líderes estavam cooptados pelo governo (Hanecker e Fuentes, 2008: 47-48).

A forma que adquire a social-democracia, no entanto, está condicionada ao ambiente político e social do país; não se pode esperar que ela seja idêntica em todas as nações, como explicitou Bernstein (1997: 126):

As tarefas de um partido estão determinadas por uma multiplicidade de fatores: pela posição do desenvolvimento geral, econômico, político, intelectual e moral, na esfera da sua atividade, pela natureza dos partidos que atuam a seu lado ou contra ele, pelo caráter dos meios que estão no seu comando e por uma série de fatores objetivos e ideológicos, a cuja frente se situam a principal finalidade do partido e a sua concepção do melhor caminho para atingir essa finalidade.

O PT brasileiro, cuja classificação como social-democrata é bem menos polêmica, também emergiu em um contexto distinto daquele da gênese da social-democracia europeia. Surgiu com o impulso de um novo sindicalismo, bem diferente daquele que, na fase fordista, originou os partidos social-democratas europeus. Ainda que operários tivessem participação importante, sindicatos de outros setores marcavam presença significativa, como o dos bancários. Além disso, cem anos depois há um setor de serviços extremamente expressivo, que não pode ser ignorado. Por isso, o PT não passou pela transição de um partido puramente operário para um partido do povo assalariado, pulando diretamente para este último estágio. Pomar (PT, 1998:29) observa

que já em sua origem o PT é um “partido pluriclassista”, por se colocar de forma genérica como representante dos trabalhadores, e não de um grupo específico deles. A Carta de Princípios de 1979 (PT, 1998:54) se dirigia a uma abrangente “população explorada”.

O pluriclassismo que os social-democratas adotaram ao longo do tempo na Europa já foi incorporado ao PT e ao MAS já no momento de sua criação, o que não é nada contraditório e se explica pela questão cronológica. Silva (2009: 102-3) assim descreve essa ideia de “partido do povo” já na criação do MAS:

Desde o princípio, o MAS procurou reunir tanto setores rurais quanto urbanos, indígenas e trabalhadores, conclamando os “pobres” de maneira geral. Dessa forma, desde o início teve como pilares ideológicos tanto a concepção da luta de classes quanto a “cosmovisão andina”. O partido se configurou como um amálgama de distintos setores sociais, movimentos e tendências políticas – com o aumento progressivo de setores de esquerda. A ele se uniram dezenas de organizações sindicais rurais e urbanas e movimentos originários, além de antigos militantes e (mais ou menos renovados) setores trotskistas, guevaristas, maoístas, entre outros.

No discurso de posse em 2006, Evo Morales se preocupou em dizer que o governo não seria apenas para os camponeses: “[...] depois que vi muitos companheiros da cidade, irmãos da cidade [...], eu me sinto orgulhoso deles, da nossa classe média, intelectual, profissional, até empresarial.” Longe de ser mera adaptação do MAS ao momento eleitoral, tal pluriclassismo já aparecia em documento de 1996 da CSUTCB: “este Instrumento Político responde ao movimento camponês, às nações originárias, ao movimento operário e ao conjunto do povo explorado e oprimido (...) promove todas as formas de organização de nosso povo para enfrentar os opressores, sejam bolivianos ou estrangeiros.”<sup>8</sup>

A composição do partido por vários grupos de esquerda também é algo comum entre o MAS e o PT, apesar de Harnecker (Harnecker e Federico Fuentes, 2008: 8-9) chamar de “oportunistas” muitos políticos não oriundos dos movimentos indígenas, vindos de partidos tradicionais, que ingressaram no MAS quando ele começou a crescer. Stefanoni (2010: 9) afirma que, de fato, as camadas médias que entraram no MAS a partir do seu crescimento acabaram se tornando hegemônicas na bancada parlamentar masista, apesar de esta conter muitos camponeses

### *Análise Institucional*

---

<sup>8</sup> HERNÁNDEZ, Juan Luis e SALCITO, Ariel (orgs.) (2007). *La Revolución Boliviana: Documentos fundamentales*. Buenos Aires: Newen Mapu. *Apud*: Silva (2009: 102).

Muito se escreve sobre esquerdas populistas hoje, mas há em geral uma ausência de critérios consistentes e método analítico rigoroso, não passando tal rótulo de um julgamento impressionista. Ainda assim, é possível identificar características que tal literatura identificaria nos políticos populistas atuais: “governos personalistas apartidários – sem partido ou com partidos meramente formais para sustentar sua candidatura e base de apoio –, cuja liderança carismática é oriunda da classe alta ou média, que fazem reformas desrespeitando as leis vigentes e atuam por meio da mobilização de cima para baixo de massas populares com pouca ou nenhuma organização autônoma” (Reis e Vieira, 2009).

O MAS boliviano é, nessa literatura, sempre apontado como um caso de populismo, seguidor dos passos do venezuelano Hugo Chávez, o populista por excelência (Castañeda 2006, Lanzaro 2006 e 2007, Luna 2007, Panizza 2006, Seligson 2007, Weyland 2009). Paralelamente, há quem identifique nos governos do MAS um exemplo de processo revolucionário, dentro do âmbito do “socialismo do século XXI”. No entanto, não resiste a uma análise institucional qualquer dos dois rótulos: nem o de populista, nem o de revolucionário.

A classificação de um partido como populista está normalmente ligada à ausência de um partido efetivo, que seja mais do que um apêndice de seu líder, e a uma mobilização vertical de massas populares com pouca ou nenhuma autonomia. O MAS não apenas é um partido efetivo como não mobiliza massas passivas.

Há muito tempo as organizações sociais têm na Bolívia grande densidade organizativa, capacidade de mobilização e incidência política, e isso aumentou com o recente fortalecimento do movimento camponês e indígena, principal base de apoio do MAS (Mayorga, 2008: 31-2). Guimarães, Domingues e Maneiro (2005: 5) observam que, nos anos 90, houve um retrocesso da já mal-sucedida reforma agrária e das políticas de proteção aos produtores agrícolas, de modo que os sindicatos rurais se viram livres tanto do controle dos militares como das amarras corporativas herdadas da Revolução de 1952, mas mantiveram suas estruturas organizativas.

Apesar da popularidade de Morales e mesmo de sua importância pessoal para a trajetória do MAS, este está longe de ser um apêndice de seu líder. Stefanoni (2010: 9) opina, de forma semelhante a Silva (2009), que, efetivamente, apenas o carisma de Morales é capaz de unir grupos tão heterogêneos como os que compõem o MAS. Evo

Morales tem papel fundamental no sucesso e na formação do “instrumento político”, mas não se trata de um projeto personalista, de conquista de poder pessoal.

O MAS se formou pela união de várias organizações, em que outros personagens tiveram posições de liderança em sua origem ou influência intelectual, como Alejo Véliz e Filemón Escobar. Como observa Marta Harnecker (Harnecker e Fuentes, 2008: 8-9), Morales, no entanto, promoveu reuniões e discussões que viabilizaram não apenas unir os diferentes grupos de camponeses e trabalhadores urbanos como também atrair, especialmente a partir de 2002, setores da classe média e intelectuais. Harnecker afirma, inclusive, que o MAS tem a fragilidade de tomar decisões de forma muito dispersa, cenário que não se encaixa na ideia de um joguete nas mãos de um político populista. De acordo com Silva (2009: 83):

[Morales] exerce um papel de “moderador”, não podendo ser entendido como um líder “populista” tradicional. Morales é o único a exercer liderança por cima do amálgama de correntes sociais e posições ideológicas masistas e, mais do que manipular e manobrar, ele sempre exerceu uma mediação entre elas, assumindo posições de equilíbrio, articulação e arbitragem.

Além de Morales não buscar concentrar e personalizar o poder político, ele mostra respeito pelo Estado de Direito (Cleary, 2006). Não apenas as massas mobilizadas pelo MAS têm forte organização autônoma, como essa mobilização não é vertical. Isso ocorria na Bolívia na época seguinte à Revolução de 1952, quando o MNR promoveu um modelo de “cidadania tutelada”, mas não é o caso do governo de Morales e de seu partido (Santoro, 2007). Como não há cooptação e nem controle partidário sobre o movimento social, Mayorga (2008: 32) considera que há uma “coalizão instável”, de modo que o apoio cessa se o governo não atende às demandas. Apesar do termo não muito adequado – seria melhor dizer que o governo é “responsivo” –, isso deixa claro que o MAS é, nesse aspecto, o oposto de um partido populista. Mayorga inclusive observa que o partido faz consultas sobre suas decisões em atos públicos organizados como sessões de avaliação da gestão governamental e em assembleias sindicais.

O Crisis Goup (2005:7), que está longe de defender o MAS, apresenta uma explicação sobre sua atuação junto aos movimentos sociais que não dá margem a dúvidas sobre a autonomia destes e sobre a forma não verticalizada como se dá sua mobilização pelo partido:

Com dificuldade, mas efetivamente, o MAS coordena as demandas dos principais movimentos sociais: camponeses (CSUTCB), indígenas (CIDOB), cocaleiros (federações de cocaleiros na tropical Cochabamba), mineiros (cooperativas de

mineração), setores urbanos de base (Comitê de Defesa da Água de Cochabamba) e associações de moradores (FEJUVE na cidade de El Alto). Ultimamente tem atraído também intelectuais e profissionais de classe média.

Um partido revolucionário – que não deve ser confundido com um partido que advoga por reformas profundas com “impacto revolucionário” –, por sua vez, necessariamente adota uma postura antissistema e quer derrubar o regime vigente, mesmo que este seja democrático, para impor o seu programa de governo (Reis, 2009). O desrespeito às instituições e à democracia representativa parlamentar, portanto, tanto se encaixa na definição das “esquerdas populistas” como na ideia de um partido revolucionário, que pretende derrubar à força o regime.

As acusações de que MAS se opõe à democracia não são válidas. O partido nunca assumiu uma postura antissistêmica, nem na situação, nem na oposição. Sempre, foi, portanto, um partido que defende o socialismo dentro da democracia. Morales afirmou em 2004 que o MAS “aposta na democracia, para chegar ao governo mediante o voto e desde ali fazer profundas transformações no Estado, mas de maneira pacífica” (Silva, 2009: 129). No seu discurso de posse em 2006, manteve a mesma linha: “Aqui estamos em uma democracia, e que saibam – sobretudo a comunidade internacional –, como nosso vice-presidente da República dizia em uma conferência, que não queremos mudar a Bolívia com bala, mas com voto, e essa é a revolução democrática.”

Seligson (2007), um dos autores que apontam Evo Morales como um “populista”, curiosamente, ao examinar as bases de apoio da suposta esquerda populista, a partir dos resultados das pesquisas de opinião realizadas pelo AmericasBarometer e pelo World Values Survey, constatou que um dos países onde a esquerda apoiaria a democracia seria justamente a Bolívia. Mayorga (2005), por sua vez, observa que, a despeito de muitos dirigentes do MAS terem criticado a “democracia burguesa”, não questionaram “as regras do jogo e a legitimidade dos processos eleitorais”.

Portanto, não há uma postura antissistêmica, mas uma plataforma socialista que avança dentro dos limites impostos pela correlação de forças, pela situação econômica do país, entre outras restrições, tal como em um governo efetivamente social-democrata. Moderação ideológica não deve ser um *definidor* do conceito de social-democracia, como argumentei em outro lugar (Reis, 2009). As palavras de García Linera (*Apud* Harnecker e Federico Fuentes, 2008: 12) mostram que a intenção de produzir mudanças profundas ocorre dentro dos marcos da institucionalidade da democracia representativa e com um apelo pluriclassista, ambas características típicas da social-democracia: “É

um mandato da nação, não um mandato de classe, nem de uma região, nem de um grupo étnico, é a nação que se colocou de pé. É um mandato somente comparável ao de revoluções, como a Revolução Nacional [de 1952].”

Após as eleições de junho de 2002, o sucesso do MAS promoveu uma profunda transformação na correlação de forças, tornando-se a segunda força política do país, pouco atrás do MNR. Tornou-se o segundo partido com mais deputados e mais senadores, e levou Evo Morales ao segundo turno da eleição presidencial, quando perdeu para Gonzalo Sánchez de Lozada na votação indireta no Congresso (CNE 2007). Tornou-se a maior força política a partir das vitórias nas eleições municipais de dezembro de 2004 e, em 2005, Morales se elegeu presidente em primeiro turno, com mais de 1,5 milhão de votos (53.7%).

Segundo Taborga (2005: 15), “Nenhum governo que queira prescindir do MAS no futuro pode se sustentar.” O MAS pressionou, junto com os movimentos populares, pela renúncia de Sánchez de Lozada, em 2003, mas logo defendeu que houvesse a sucessão presidencial, assumindo o vice, de acordo com a lei. Acabou, inclusive, sendo o grande responsável pela sustentação do novo presidente, Carlos Mesa, que fez um governo apartidário, trabalhando para evitar as tentativas de golpe por parte da oposição durante 14 meses, até março de 2005.

Em troca, Mesa contrariou os Estados Unidos, reduzindo a intensidade da erradicação das plantações de coca e mantendo 3.200 hectares de cultivo. O MAS apoiou e colaborou com o governo em troca de benefícios para sua própria base eleitoral, e fez oposição a ele quando não foi atendido. A própria “agenda de outubro” dos movimentos populares, que exigia a convocação de uma Assembleia Constituinte e a nacionalização dos hidrocarbonetos, seguiu apoiada pelo MAS, porém sem o radicalismo de antes: deixou de querer que a Constituinte fosse originada em assembleias locais e sim que fosse eleita nos moldes da democracia representativa, e parou de propor a estatização dos hidrocarbonetos, defendendo a “nacionalização dos dividendos, refundação da estatal petrolífera para atuar com a colaboração da iniciativa privada e investimento na industrialização dos hidrocarbonetos” (Silva, 2009). No entanto, quando Mesa quis operar como ator messiânico, à margem do sistema político, e julgou que podia prescindir do MAS, colocou-se contra suas demandas. Foi um erro de cálculo e, por fim, precisou renunciar.

Mayorga (2008: 31) observa que um dos motivos que possibilitaram que o MAS alcançasse o sucesso eleitoral foi o fato de ter adotado uma série de medidas de “política moderada” em diversas conjunturas críticas: além do apoio à sucessão constitucional em outubro de 2003, quando Sánchez de Lozada renunciou, ele adotou uma posição legalista acerca da nacionalização dos hidrocarbonetos, e possibilitou um acordo partidário em junho de 2005 para canalizar institucionalmente as demandas sociais por meio da Assembleia Constituinte e do referendo sobre as autonomias, e para resolver a crise política com a antecipação das eleições gerais.

O MAS sempre negociou quando necessário, e se impôs quando tinha maioria. Após vencer eleição de 2005, impôs seu programa democraticamente tanto quanto foi possível pelos meios institucionais, em função da correlação de forças. Quando conseguiu maioria parlamentar suficiente, aprovou seu próprio projeto sem concessões, o que é resultado da regra da maioria, princípio primeiro do jogo eleitoral.

Esse panorama não é indicador de um movimento populista e antissistema, que trabalhou para destruir a governabilidade, como sugere Weyland (2009). Trata-se de uma negociação normal de coalizão, perfeitamente analisável nos mesmos parâmetros com que Laver e Schofield (1990) estudaram a formação dos gabinetes europeus. Em outras palavras, portanto, o cenário descrito por Taborga (2005) pode ser explicado assim: o MAS foi, no período, o partido pivotal, ou seja, o apoio de seus deputados era essencial para que se formasse um governo de maioria. Assim, o MAS podia fazer exigências em termos de políticas em troca de apoio ao governo, isto é, de viabilizar a formação de uma coalizão legislativa majoritária. No momento em que Mesa deixou de ceder em termos de políticas, tal coalizão se rompeu e ele se tornou um presidente desprovido de sustentação legislativa, o que levou à sua queda.

Após a eleição de 2005, o MAS passou a ser majoritário na câmara baixa, com 72 dos 130 deputados. Na câmara alta, tinha pequena minoria, com 12 senadores, contra 13 do PODEMOS, da direita do espectro político boliviano, além de dois senadores mais centristas, um do MNR e outro da UN. O MAS negociava com ambos para conseguir maiorias *ad-hoc*. Na Assembléia Constituinte, o MAS também não se mostrou inflexível, migrando para o centro e suavizando suas propostas para chegar a um consenso com UN e MNR (Mayorga, 2008: 38).

A impressão de que o MAS ignora a oposição se deve, na verdade, ao fato de que esta era não apenas minoritária na Câmara e na Constituinte, como dividida em

todas as esferas. Isso viabilizava que o MAS a dividisse, negociando apenas com parte dela. Apesar de a maioria das *prefecturas* dos departamentos (equivalentes aos governos estaduais no Brasil) estar nas mãos de opositores, eles geralmente não estavam alinhados com os partidos parlamentares de oposição. Assim, os *prefectos* de oposição negociavam e se confrontavam com o governo à revelia das decisões dos partidos opositores no Parlamento e na Assembleia Constituinte (Mayorga, 2008). Acrescenta-se à separação entre a oposição no Legislativo e no Executivo o fato de os opositores não atuarem em uníssono em nenhuma das instituições.

O nada antissistêmico diálogo do MAS com a oposição, inclusive, teve custos para o partido, pois gerou a defecção de membros, que fundaram ou migraram para outros partidos e agrupamentos e lançaram-se candidatos (Zucco, 2009: 16-17). As críticas à postura moderada e democrática do MAS foram observadas pelo então presidente do Senado pelo MAS, Santos Ramírez (Harnecker e Fuentes, 2008: 59): “Evidentemente, o extremo mais extremo da corrente progressista da esquerda boliviana nunca esteve contente, e hoje tampouco [*sic*] estão felizes conosco. Para eles, a solução não é o Estado, não é a lei, não é a democracia; para eles, a solução é a revolução armada. Então, eu creio que aí estão nossas diferenças.”

A vantagem parlamentar do MAS, no entanto, aumentou na eleição de 2009. Morales se reelegeu presidente com quase dois terços dos votos, ampliando sua votação em todos os departamentos, inclusive nos dominados pela oposição. Como a partir desse pleito funciona na Bolívia um sistema eleitoral misto para a Câmara de Deputados em que metade da lista fechada está atrelada proporcionalmente à votação no presidente, e um sistema proporcional para o Senado também atrelado a ela, isso significa que o MAS elegeu uma ampla maioria parlamentar nas duas casas (Cunha Filho, 2010b).

Zucco (2009:24) demonstra preocupação com a probabilidade de que a força esmagadora que o MAS adquiriu democraticamente o leve a não incorporar demandas da oposição: “[...] a confirmação dessa situação acarretaria o descrédito de qualquer oposição legislativa, e deixaria os comitês cívicos e as lideranças regionais do oriente como únicas possibilidades de oposição, o que seria uma situação potencialmente explosiva.”

A preocupação, portanto, não é com uma postura antidemocrática do MAS, visto que ele conquistou maioria não apenas democraticamente como por um sistema eleitoral

bastante proporcional<sup>9</sup>. A preocupação é com o risco de, diante da incapacidade da oposição de, institucionalmente, impor limites ao governo, que ela venha a fazê-lo extra-institucionalmente. Tal situação, no entanto, não está relacionada a uma atitude antidemocrática ou antissistêmica do MAS, e sim à debilidade da oposição em se apresentar como uma força suficientemente atraente para o eleitorado nas eleições presidenciais-parlamentares a ponto de ser capaz de fazer frente ao governo.

De todo modo, há uma ameaça “pela esquerda” à hegemonia masista. Além de vários candidatos terem saído do MAS, rompeu com ele o chamado Movimento Sem Medo (MSM). Esse partido foi aliado do MAS nas eleições de 2005 e 2009 para potencializar a votação de Morales entre as classes médias urbanas, que formam sua base eleitoral. Os quatro deputados do partido foram, inclusive, eleitos pela legenda do MAS. Hoje rompido com o governo, é o maior partido boliviano depois do MAS, sendo ambos os únicos a apresentar candidatos em todo o país. Fortemente enraizado em La Paz, onde seu principal líder, Juan Del Granado, era o alcaide, o MSM venceu os masistas nas eleições municipais dessa cidade e de Oruro, além de conquistar ainda a alcaldia de outros 18 municípios. Como em 2014 Morales não poderá disputar a reeleição e o MSM é próximo ideologicamente do MAS, pode ser que tenha uma possibilidade efetiva de tirá-lo do poder (Cunha Filho, 2010b).

### ***Análise das Políticas***

Uma análise das políticas implementadas no governo, por sua vez, mostra que o MAS adota políticas alinhadas com aquelas recomendadas por vários autores como um programa social-democrático em um ambiente de mercados globalizados, como uma alternativa ao neoliberalismo na globalização.

É um consenso em grande parte da literatura de economia política que, com a integração da economia global, os governos perderam a plena soberania sobre a política econômica de demanda – sobre a política fiscal e monetária –, de modo que já não seria mais praticável manter a política expansionista adotada nas três primeiras décadas do pós-guerra, que havia sido bem-sucedida no aumento do emprego às custas de uma maior inflação.

---

<sup>9</sup> A maioria dos governos majoritários de partido único no mundo consegue isso devido ao uso de um sistema desproporcional, conquistando o que se chama de “maioria manufaturada, como, por exemplo, quase sempre é o caso do Reino Unido (Reis, 2006). O MAS conseguiu maioria parlamentar por ter maioria dos votos, sem qualquer distorção desse tipo.

Para perseguir o pleno emprego, meta clássica da social-democracia, sem reduzir os ganhos dos investidores (o que levaria à fuga de capitais), a recomendação alternativa ao neoliberalismo é a de atuar sobre a política econômica de oferta, qualificando os trabalhadores e capacitando-os para trabalhos mais sofisticados com maior valor agregado (Scharpf, 1991; Pierson, 1996; Boix, 1998; Garrett, 1998; Huo, 2006).

Desse modo, pode-se contrariar a “obsessão neoclássica com salários reais mais baixos e menos impostos” (Scharpf, 1991) e, ainda assim, obter crescimento econômico. Isso porque a redução dos custos de investimento é apenas um dos fatores observados pelos investidores. Um país com maiores custos mas também melhor infra-estrutura e produtividade pode ser mais atraente para o capital, além de não degradar as condições de vida e de trabalho dos assalariados (Pierson, 1996; Garrett, 1998; Boix, 1998; Huo, 2006). O investimento público em bens coletivos – capital humano (educação pública e treinamento) e físico (infra-estrutura) – pode conciliar a atração do capital produtivo com uma melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, seja pelo pagamento de maiores salários (decorrentes de sua maior qualificação), seja pelo fornecimento de serviços públicos (Pierson, 1996; Garrett, 1998; Boix, 1998).

O MAS, apesar de um eventual discurso anticapitalista, adota (e inclui em seu Plano Nacional de Desenvolvimento) as mesmas políticas macroeconômicas que todos os demais governos, para evitar a alta da inflação. Stefanoni (2010: 17) afirma que o governo “se mostra prudente no terreno macroeconômico”, “possivelmente pelo trauma inflacionário dos anos 80”.

Se até 2002 o MAS tinha um discurso mais fortemente indigenista, a partir de 2005, ano da vitória eleitoral para presidente, seu apelo era claramente para todo o país, e as referências ideológicas de esquerda foram gradativamente sobrepujando as questões étnicas como as mais presentes. Já não tinha mais um teor “antimodernista” de defesa de um “sistema comunitário”, mas assumia um tom “modernizador e não explicitamente anticapitalista”, advogando inclusive pelo investimento em infraestrutura com o apoio ao empresariado nacional (Silva, 2009).

Paralelamente, o MAS não esconde desejar investimentos internacionais para que o país cresça e, para isso, é explícito em seu Plano Nacional de Desenvolvimento quanto à prioridade para a agregação de valor aos produtos exportados pelo país. Já no discurso de posse em 2006, Evo Morales afirmou que era preciso industrializar os recursos naturais, porque o país não podia seguir apenas exportando matéria-prima.

Parte desse esforço pela qualificação da mão-de-obra pode ser identificada em políticas focalizadas para o segmento excluído, como a criação de universidades indígenas (Reis, 2010). Este modelo, típico da social-democracia, gera críticas marxistas, por não romper com o modelo capitalista. Orellana Aillón (2006: 35), por exemplo, diz: “Na linguagem esotérica da economia neoclássica, hoje utilizada pelos governantes do MAS, subjaz a perpetuação de uma lógica de dominação de classe, sustância da denominada *estabilidad macroeconômica*.”

O MAS adota uma posição tipicamente social-democrata no eixo sócio-econômico, de prioridade para o combate ao desemprego, políticas de redistribuição de renda para combater a pobreza, e ampliação da participação do Estado na economia, seja por meio de empresas estatais ou de controle da ação privada. A questão indigenista se faz presente basicamente no âmbito cultural, como por exemplo na questão da Justiça comunitária e na valorização das nacionalidades originárias, mas na econômica ela não tem papel central.

Os programas sociais de distribuição de renda do governo do MAS se dão em moldes semelhantes aos do governo do PT no Brasil, e atualmente atendem cerca de dois milhões de pessoas (Zucco, 2009).<sup>10</sup> Como argumentei em outro texto (Reis, 2010), tais políticas podem ser associadas à ideia de desmercantilização dos indivíduos defendida por Esping-Andersen (1985 e 1990), pela qual é preciso emancipá-los da dependência do mercado, estando os direitos sociais relacionados à cidadania, e não à sua eficiência ou à sua capacidade de pagar uma contribuição.

A maior presença do Estado no programa econômico do MAS faz parte de sua forte adesão à estratégia social-democrática, e não se trata de modo algum de um rompimento com o capitalismo.

Já durante a campanha de 2002, o então candidato masista a vice-presidente pelo partido, o jornalista marxista Antonio Peredo, visitou a Câmara Nacional de Indústrias para acalmar o empresariado por seus “temores infundados” em relação ao crescimento

---

<sup>10</sup> “Parte dos recursos gerados pela nacionalização dos hidrocarburetos em 2006 tem sido utilizada em programas de transferência e redução de pobreza. Destes, o *Bono Juancito Pinto*, que anualmente beneficia o 1,8 milhão de alunos matriculados no primeiro grau da rede pública e filantrópica com Bs. 200 (cerca de US\$ 30), é o maior. Outro programa importante é o *Renta Dignidad* (que a partir de janeiro de 2008 ampliou e substituiu o antigo *Bono solidario*), que beneficia quase 700 mil idosos maiores de 60 anos. Este programa distribui cerca de US\$ 340 para idosos que não recebem pensão, e  $\frac{3}{4}$  deste valor para os demais. Por fim, a partir de 2009 o governo começou também com o *Bono Familia*, que consiste na entrega de Bs. 100 (14 dólares) para as cerca de 400 mil famílias com um filho menor, e mais Bs. 25 por cada filho adicional até quatro, com a única exigência de que os pais se comprometam a utilizar o dinheiro para alimentação.” (Zucco, 2009: 15).

do MAS. Em 2005, Morales reuniu-se com a Confederação de Empresários Privados da Bolívia prometendo a participação do setor privado na “construção da nova Bolívia” e pedindo sua assessoria no projeto (Silva, 2009: 114-5).

Mesmo a renegociação de contratos não significa um rompimento com o capitalismo, mas com sua modalidade neoliberal à qual o MAS se opõe. Tendo o vice-presidente García Linera como ideólogo, propõe um “capitalismo andino”, que rompe com o neoliberalismo mas aposta numa economia moderna e industrial vinculada à economia global, combinando-a com a economia andina comunitária e a amazônica; tal proposta seria concebida como uma etapa intermediária no caminho do socialismo (Taborga, 2005: 41). O governo da Bolívia declarou que investidores externos são bem vindos e têm garantias para obtenção de lucros “razoáveis”, mas devem ser “sócios” e não “patrões” dos bolivianos (Zucco, 2008: 26). O empresário Salvador Ric Riera foi nomeado ministro de Serviços e Obras Públicas no primeiro mandato de Morales, o que La Razón viu na época como um “sinal de aliança entre o Executivo e o empresariado” (Gutierrez e Lorini, 2007: 64).

García Linera defende um capitalismo em que o Estado tenha protagonismo – que ele chama de “processo nacional-produtivo” –, bem ao estilo social-democrata, usando a metáfora do trem: o Estado é a locomotiva econômica, seguida pelo vagão da iniciativa privada nacional, depois pelo dos investidores estrangeiros, e só então vêm os vagões da economia camponesa e da economia indígena (Stefanoni, 2010: 14-15).

A locomotiva econômica do MAS vai bem: reduziu o desemprego, que foi a 7,6%, manteve a inflação estável, abaixo de 5%, atingiu um aumento de 4,5% do PIB e pela primeira vez em 66 anos teve um superávit no setor fiscal, graças ao aumento da arrecadação do Estado com a nacionalização dos hidrocarbonetos (Deheza, 2007: 44).

### ***Considerações Finais***

Existem características que são comuns aos partidos social-democratas (Reis, 2009). Eles não são, no entanto, todos iguais entre si, obviamente. O que justifica a classificação de diferentes países em um mesmo grupo ou família são esses traços comuns, não suas diferenças. É corrente que se separem os partidos europeus em famílias (Gallagher, Laver e Mair 1995, por exemplo). Partidos como o PT brasileiro, o

PS chileno e a Frente Ampla uruguaia têm sido constantemente considerados como social-democratas, apesar de suas especificidades. O mesmo não ocorre com o MAS.

Em parte, o MAS não é normalmente classificado como social-democrata por causa de uma visão equivocada sobre suas práticas (Reis e Vieira, 2009). Além disso, os estudiosos que analisam o MAS têm uma tendência a chamar a atenção para o que lhe é específico, não para o que ele tem de comum com outros partidos de esquerda.

Procurei mostrar que a origem fortemente sindical (ainda que com maior presença de sindicatos rurais do que urbanos), sua composição heterogênea, seu pluriclassismo, seu ecletismo teórico, a sua criação a partir dos movimentos sociais, e a inclusão de setores antes ausentes na política parlamentar são todas características não inéditas e comuns a outros (algumas delas a todos) partidos social-democratas.

Suas políticas não rompem com o capitalismo, mas visam, por meio do Estado (direta ou indiretamente), a redistribuir renda e promover a criação de empregos, sua prioridade. Isso, mais do que recorrente, é típico na social-democracia. Ademais, a ênfase nas políticas de agregação de valor à produção nacional é o meio pelo qual governos social-democratas do mundo estão buscando manter a eficiência econômica, atraindo investidores, sem cair no darwinismo social do neoliberalismo.

Desde o início o partido surgiu justamente da ideia social-democrática de que o socialismo deve ser implementado dentro dos marcos legais e institucionais, por meio da democracia representativa parlamentar. Isso não significa que não defenda também as manifestações nas ruas ou a intenção de se utilizar outros métodos democráticos paralelamente ao representativo. Ambas estão presentes em outros partidos social-democratas também. A social-democracia não as nega, apenas considera que a democracia parlamentar eleitoral é essencial (Reis, 2009). Até mesmo a ambigüidade inicial em relação a essa democracia, com uma clara adesão a ela crescendo ao longo do tempo, é um fenômeno típico dos partidos social-democratas, tanto na Europa como na América Latina.

O partido MAS respeita as normas democráticas e não é um projeto pessoal de Evo Morales. Classificá-lo como populista requer uma boa dose de ginástica retórica ou uma completa ausência de clareza sobre o conceito de populismo utilizado.

A despeito de todas as semelhanças com a família dos partidos social-democratas, costuma-se enfatizar o que o MAS tem de único ou particular. Chama-se a atenção para seu indigenismo, diz-se que não é um partido mas um “instrumento político”. Bem,

primeiramente, ele é sim um partido, porque funciona como tal, independentemente de como seus membros gostem de chamá-lo. As ideias de muitos masistas e simpatizantes de que um partido tem que ser absolutamente coeso e rigidamente hierarquizado simplesmente não se aplicam a inúmeros partidos cuja natureza partidária não é questionada.<sup>11</sup>

O fato de o MAS ter o indigenismo como um traço importante não anula sua natureza social-democrática. E isso não pelo fato de, além de tudo, tal traço ter se enfraquecido um pouco com o tempo, à medida que a questão nacionalista e a dimensão direita–esquerda assumiram a primazia. O indigenismo é uma marca peculiar do MAS, mas outros partidos social-democratas também têm as suas. A ênfase na responsabilidade individual que existe no Partido Trabalhista britânico, ou na negociação “consociacional” que está presente no Partido Social-democrata dos Trabalhadores sueco, são traços ausentes na maioria dos demais partidos socialistas democráticos.

Enfatizar o particular de cada caso simplesmente inviabiliza sua classificação em grupos. Todos os partidos do mundo passam a ser casos únicos – posto que não são idênticos a nenhum outro – e não podem ser analisados como um conjunto. Faz sentido pensar em partidos social-democratas sim, ainda hoje, e o MAS apresenta as características necessárias para ser incluído nessa família.

### ***Referências bibliográficas***

ALT, James E. (1985). “Political parties, world demand, and unemployment: Domestic and international sources of economic activity”. *The American Political Science Review*, vol. 79, nº 3, pp. 1016-40.

BERNSTEIN, Eduard (1997). *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BOIX, Carles (1998). *Political Parties, Growth and Equality: Conservative and Social Democratic Economic Strategies in the World Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.

---

<sup>11</sup> Um exemplo que ilustra bem essa ideia é a explicação de Alejandro Colanzi sobre o porquê do uso do nome “instrumento político” em vez de “partido”: “Chegamos à conclusão de que em nosso processo havia muitos generais e poucos soldados; então, o lógico era que não repetíssemos isso, que buscássemos outro nome, algo que nos aglutinasse, algo em que pudéssemos coincidir.” (Harnecker e Fuentes, 2008: 85). Santos Ramírez, então presidente do Senado pelo MAS, é outro exemplo: “Se se pretende impor homogeneidade, se todos têm que pensar igual, violentam-se vários princípios e se violenta o princípio da democracia. Isso é o que faz o partido. Imagine o que ocorreria conosco se, no interior do nosso instrumento, em que no momento não só há tantas nações incluídas como também centenas de organizações e dezenas de correntes, pretendêssemos que todos pensassem igual.” (*Idem*, p. 97).

- CASTAÑEDA, Jorge G. (2006). “Latin America's Left Turn”. *Foreign Affairs*, vol. 85, nº 3, pp. 28-43.
- CLEARY, Matthew R. (2006). “Explaining the Left's Resurgence”. *Journal of Democracy*, vol. 17, nº 4, pp. 35-49.
- CNE (2007). “25 años de evolución electoral em Bolivia”. *Boletín Estadístico* 7, novembro. Disponível em <[http://www.cne.org.bo/centro\\_doc/bol\\_estadistico/bol\\_est7\\_III.pdf](http://www.cne.org.bo/centro_doc/bol_estadistico/bol_est7_III.pdf)>.
- CRISIS GROUP (2005). “Bolivia en la encrucijada: las elecciones de diciembre”. *Informe sobre América Latina* 15, Bogotá e Bruxelas, dezembro. Versão em inglês disponível em <<http://www.crisisgroup.org/en/regions/latin-america-caribbean/andes/bolivia/015-bolivia-at-the-crossroads-the-december-elections.aspx>>.
- CUNHA FILHO, Clayton M. (2008). “2008, o ano da virada de Evo Morales?”. *Observador On-line – Observatório Político Sul-americano* vol. 3, nº 12, dezembro. Disponível em <[http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/49\\_observador\\_topico\\_Observador\\_v\\_3\\_n\\_12.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/49_observador_topico_Observador_v_3_n_12.pdf)>.
- \_\_\_\_ (2010a). “Reforma, reação e mobilização social na Bolívia de Evo Morales”. In: PARENTE, F. J. C.; FROTA, F. H.; LIMA, H. Ferreira (Orgs.). *Dos Andes aos Pampas: Inclusão e Cenários na América Latina*. Fortaleza: EdUECE, pp. 95-118.
- \_\_\_\_ (2010b). “O novo mapa político boliviano: uma interpretação a partir dos últimos resultados eleitorais”. *Observador On-line – Observatório Político Sul-americano* vol. 5, nº 6, junho. Disponível em <[http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/68\\_observador\\_topico\\_Observador\\_v\\_5\\_n\\_6.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/68_observador_topico_Observador_v_5_n_6.pdf)>.
- \_\_\_\_ e GONÇALVES, Rodrigo Santaella (2010). “The National Development Plan as a Political Economic Strategy in Evo Morales's Bolivia: Accomplishments and Limitations”. *Latin American Perspectives*, nº 37, vol. 177.
- DEHEZA, Grace Ivana (2007). “Bolivia 2006: Reforma estatal y construcción del poder”. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, Santiago, vol. 27, nº especial, pp. 43-57.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1985). *Politics against markets: The social democratic road to power*. Princeton, Princeton University Press.
- \_\_\_\_ (1990). *The three worlds of welfare capitalism*, Princeton, Princeton University Press.
- GALLAGHER, Michael Gallagher, LAVER, Michael, e MAIR, Peter (1995). *Representative Government in Modern Europe*. Nova York, McGraw-Hill.
- GARRETT, Geoffrey (1998). *Partisan politics in global economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GUNTHER, Richard e DIAMOND, Larry (2003). “Species of political parties: A new typology”. *Party Politics*, vol. 9, nº 2.
- GUIMARÃES, Cesar e DOMINGUES, José Maurício (2007). “As Reformas Bolivianas e o Contexto Sul Americano Atual”. *Análise de Conjuntura –*

- Observatório Político Sul-americano* 5, maio. Disponível em <[http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/32\\_analises\\_AC\\_n\\_5\\_mai\\_2007.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/32_analises_AC_n_5_mai_2007.pdf)>.
- \_\_\_ e MANEIRO, María (2005). “Bolívia – A história sem fim”. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-americano* 5, abril. Disponível em <[http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/6\\_analises\\_historia\\_sem\\_fim.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/6_analises_historia_sem_fim.pdf)>.
- GUTIERREZ, Carlos Jahnsen e LORINI, Irma (2007). “A trilha de Morales: Novo movimento social indígena na Bolívia”. *Novos Estudos - CEBRAP*, 77, março.
- HARNECKER, Marta e FUENTES, Federico (2008). *MAS-IPSP de Bolivia: Instrumento político que surge de los movimientos sociales*. Disponível em <<http://www.rebelion.org/docs/67155.pdf>>.
- HUO, Jingjing (2006). *Third way reforms: A comparative study of social democratic welfare state reforms after the golden age*. Tese de doutorado em Filosofia defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de Carolina do Norte, em Chapel Hill.
- KAUTSKY, Karl (1971). *The Class Struggle: Erfurt Program*. Nova York, W. W. Norton & Company.
- \_\_\_ (1964). *The Dictatorship of the Proletariat*. Michigan, The University of Michigan Press.
- KLOPPENBERG, James T. (1986). *Uncertain Victory: Social democracy and progressivism in European and American thought, 1870-1920*. Nova York, Oxford University Press.
- LANZARO, Jorge (2007). “Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia – Uma tipologia para avanzar en el análisis comparado”. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-americano*, 12, dezembro. Disponível em <[http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/40\\_analises\\_AC\\_n\\_12\\_dez\\_2007.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/40_analises_AC_n_12_dez_2007.pdf)>.
- \_\_\_ (2006). *La “tercera ola” de las izquierdas latinoamericanas: entre el populismo y la social democracia: Aportes para uma agenda de investigación*. Manuscrito.
- LAVER, Michael e SCHOFIELD, Norman (1990), *Multiparty Government: The Politics of Coalition in Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- LUNA, Juan Pablo (2007). *The Rise of the Left and Latin American Party Systems*. Trabalho apresentado no workshop “Left Turns? Progressive Parties, Insurgent Movements, and Policy Alternatives in Latin America”, em Vancouver.
- MANIN, Bernard (1989). “Démocratie, pluralisme, libéralisme”. In: Alain Bergounioux e \_\_\_. *Le régime social-démocrate*. Paris, Presses Universitaires de France.
- \_\_\_ (1997). *The principles of representative government*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MAYORGA, Fernando (2008). “El gobierno de Evo Morales: Cambio político y transición estatal en Bolivia”. In: Yusuke Murakami (ed.). *Tendencias políticas actuales en los países andinos*. Kyoto, CIAS. Discussion Paper 5. Disponível em <<http://www.cias.kyoto-u.ac.jp/files/Image/pdf/ciasdp05.pdf>>.

- MAYORGA, René Antonio (2005). “La Crisis del Sistema de Partidos Políticos en Bolivia: Causas y Consecuencias”. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies* vol. 30, nº 59, pp. 55-92.
- MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO (2006). *Plan Nacional de Desarrollo*. La Paz, MPD. Disponível em <<http://www.ine.gov.bo/pdf/PND/00.pdf>>.
- MORALES AYMA, Juan Evo (2006). Discurso de posse no Congresso Nacional da Bolívia, em La Paz, 22 de janeiro. Disponível em <<http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=9>>.
- MOUFFE, Chantal (2000), “For an agonistic model of democracy”, in \_\_\_\_, *The democratic paradox*. Londres e Nova York, Verso, pp. 80-107.
- ORELLANA AILLÓN, Lorgio (2006). *El Gobierno del MAS no es nacionalista ni revolucionario: Un análisis del Plan Nacional de Desarrollo*. La Paz, CEDLA. Disponível em <[http://www.cedla.org/system/files/coyuntura\\_13.pdf](http://www.cedla.org/system/files/coyuntura_13.pdf)>.
- PANIZZA, Francisco (2006). “La marea rosa”. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-americano* 8, agosto. Disponível em <[http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/21\\_analises\\_La\\_marea\\_rosa.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/21_analises_La_marea_rosa.pdf)>.
- PIERSON, Paul (1996). “The New Politics of the Welfare State”. *World Politics*, vol. 48, nº 2, pp. 143-79.
- PINTO, Darwin e NAVIA, Roberto (2007). “Político”, in \_\_\_\_ \_\_\_\_ . ...*Un tal Evo*. Santa Cruz de la Sierra, Editorial El País, pp. 162-170.
- PRZEWORSKI, Adam (1989). “A social-democracia como um fenômeno histórico”. In: \_\_\_\_ . *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- PT (1998). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- REIS, Guilherme Simões (2006). *Coalizões majoritárias ou governos minoritários em um Reino Unido com eleições proporcionais*. Trabalho apresentado no Segundo Seminário de Sociologia e Política (IUPERJ), no Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_ (2009). *Uma proposta para mudar os rumos do debate sobre os partidos social-democratas*. Trabalho apresentado no I Fórum Brasileiro de Pós-graduação em Ciência Política, em Belo Horizonte.
- \_\_\_\_ (2010). *El desafío de la globalización para gobiernos de izquierda sudamericanos*. Trabalho apresentado no VI Congresso do CEISAL, em Toulouse. Disponível em <<http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/49/93/63/PDF/GSReis.pdf>>.
- \_\_\_\_ e VIEIRA, Soraia Marcelino (2009). *Left-Wing Populists in Latin America?: An Analysis of the Chávez and Morales Governments*. Trabalho apresentado no 21<sup>o</sup> Congresso Mundial de Ciência Política, em Santiago do Chile.
- SADER, Emir (2008). “The Weakest Link? Neoliberalism in Latin America”. *New Left Review*, vol. 52, julho/agosto, pp. 5-31.
- SANTORO, Maurício. 2007. “A outra volta do bumerangue: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952 – 2006)”. In: M. Santoro et al. *Prêmio América do Sul – 2006: Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Brasília, Funag, Ipri.

- SCHARPF, Fritz W. (1991). *Crisis and Choice in European Social Democracy*. Ithaca, Cornell University Press.
- SELIGSON, Mitchell A. (2007). “The Rise of Populism and the Left in Latin America”. *Journal of Democracy*, vol. 18, nº 3, pp.81-95.
- SILVA, Fabricio Pereira da (2009). *Vitórias na crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Tese de doutorado em Ciência Política defendida no IUPERJ, Rio de Janeiro.
- STEFANONI, Pablo (2010). “Bolivia después de las elecciones: ¿a dónde va el evismo?”. *Nueva Sociedad*, nº 225, janeiro-fevereiro.
- TABORGA, Juan Ramón Quintana (2005). “Bolivia, entre la crisis y el caos: ¿Existe una salida negociada?”. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-americano* 11, outubro. Disponível em <[http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/12\\_analises\\_bolivia-entre%20la%20crisis%20y%20el%20caos.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/12_analises_bolivia-entre%20la%20crisis%20y%20el%20caos.pdf)>.
- WEYLAND, Kurt (2009). “The rise of Latin America’s two lefts: Insights from rentier state theory”. *Comparative Politics*, vol. 41, nº 2, pp. 145-64.
- ZUCCO, Jr., Cesar (2008), “Bolívia: Política doméstica e inserção regional”. *Estudos e Cenários - Necon*, agosto. Disponível em <[http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/5\\_estudosecenarios\\_Estudos\\_e\\_Cenarios\\_Zucco.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/5_estudosecenarios_Estudos_e_Cenarios_Zucco.pdf)>
- \_\_\_ (2009). “O Legislativo no Conflito Político Boliviano”. *Papéis Legislativos*, vol. 3, nº 1. Disponível em <[http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/17\\_papeislegislativos\\_pap%C3%A9is%20legislativos%20n.1%20abr.%202009.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/17_papeislegislativos_pap%C3%A9is%20legislativos%20n.1%20abr.%202009.pdf)>.